

## A PRECARIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE POR MEIO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS EM PELOTAS/RS

**JOÃO HENRIQUE FIGUEREDO DE OLIVEIRA<sup>1</sup>; GIOVANNA ALLEGRETTI<sup>2</sup>;**  
**FERNANDA ARNDT MESENBURG<sup>2</sup>; JOÃO CARLOS ROEDEL HIRDES<sup>2</sup>;**  
**MAURO AUGUSTO BURKERT DEL PINO<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – jhfdoliveira@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – contatogallegretti@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – fernandamesenburg@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas - joaocrh@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas - mauro.pino1@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

A ampliação da oferta de vagas na educação básica, ocorrida nas últimas décadas, gerou o aumento do número de professores e de professoras para as redes públicas de ensino. Entretanto, a ampliação destes profissionais não ocorreu da melhor forma. Assim, no século XXI, a categoria docente, que sobrevive vendendo a sua força de trabalho, tornou-se a mais numerosa entre os trabalhadores. Porém, de forma fragmentada, heterogênea e diversificada (COSTA; OLIVEIRA, 2011).

O crescimento da demanda de professores e de professoras resultou na contratação de um número expressivo de profissionais temporários. A situação desses profissionais temporários tem sido mais precária comparando com os docentes efetivos (OLIVEIRA, 2008).

A professora e o professor temporário são submetidos a uma carga de trabalho excessiva, sem o necessário tempo para preparo de atividades. Os salários são mais baixos, tem que dar aulas em diversas escolas e, às vezes, em disciplinas diferentes da sua habilitação. Além disso, estes mesmos profissionais têm que lidar com a incerteza da permanência no trabalho.

No Brasil, uma das razões da existência da contratação de professores temporários é, fundamentalmente, por motivos econômicos (NETO, 2016). Estes profissionais diminuem a folha de pagamento do Estado, pois o custo passa a ser apenas com o salário básico, retirando varias conquistas trabalhistas.

Assim, é possível observar que o trabalho docente está cada vez mais precarizado e isso é observado na lógica do trabalho temporário. Deste modo, o objetivo deste trabalho é analisar como está a realidade do docente temporário na rede de ensino municipal de Pelotas, considerando a precarização do trabalho docente.

### 2. METODOLOGIA

O estudo foi realizado no município de Pelotas, situada na região sul do Rio Grande do Sul. A rede municipal da cidade dispõe de 89 escolas e conta, em 2019, com 28.609 estudantes matriculados. A zona urbana de Pelotas oferece 69 escolas, já a zona rural apesar de ser a maior em extensão possui 20 escolas. Esta rede de ensino conta com 1.872 professores e professoras (INEP, 2018)<sup>1</sup>. Dentre estes profissionais, 292 estavam contratados em regime temporário de até dois anos de serviço no ano de 2018 (SGAF, 2018)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Dados organizados pela plataforma Laboratório de Dados Educacionais da UFPR. Disponível em: <https://www.dadoseducacionais.c3sl.ufpr.br/#/>

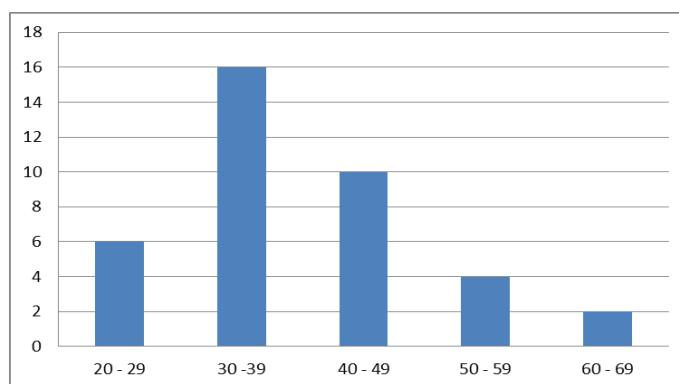
<sup>2</sup> Dados fornecidos pela Secretaria de Gestão Administrativa e Financeira do município de Pelotas para a dissertação ainda não publicada do autor do texto.

Para melhor caracterizar a realidade das professoras e professores, o município foi dividido em regiões administrativas partindo do plano diretor da cidade. A zona urbana de Pelotas neste estudo ficou separada em cinco regiões administrativas. Já a zona ficou sendo considerada como uma única região.

Neste contexto, foi organizado um questionário *online* dentro do Google Docs. O *link* de acesso foi enviado por e-mail para todas as 89 escolas, direcionando a mensagem para a equipe diretiva e foi pedido para que repassassem o e-mail para as professoras e os professores temporários. O questionário foi respondido por aproximadamente 13% do total de professoras e professores temporários. Os docentes respondentes representaram todas às seis regiões de Pelotas.

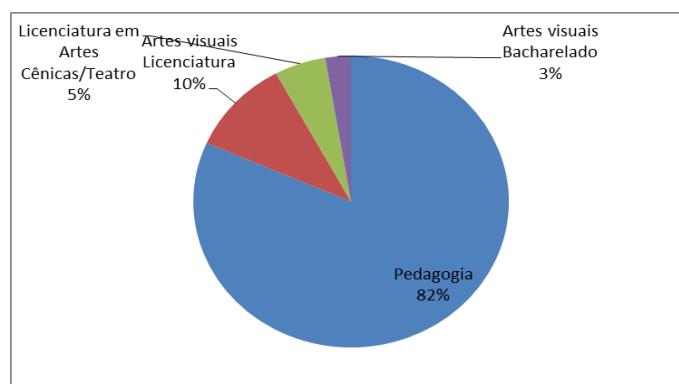
### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário alcançou 37 professoras e um professor temporário. No contexto do Brasil, o magistério é formado basicamente por mulheres. Como foi possível constatar, isso se repete nos contratos temporários de Pelotas. A faixa etária das professoras e professor compreende dos 20 aos 69, sendo que 16 desses profissionais estão na faixa etária dos 30-39, representando a média de idade destes profissionais (Figura 1).



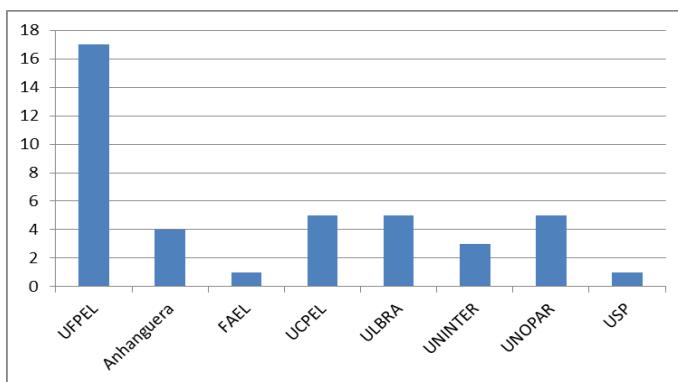
**Figura 1:** Faixa etária do professor e das professoras temporárias de Pelotas.

A formação dos respondentes não foi muito variada, a maioria é pedagoga (Figura 2). O restante das professoras e do professor tinha como formação Artes plásticas ou cênicas. Além da formação superior inicial, nove destes profissionais fizeram magistério. Já no âmbito de pós-graduação 10 realizaram especialização, quatro alcançaram o mestrado. Contudo, nenhum fez doutorado.



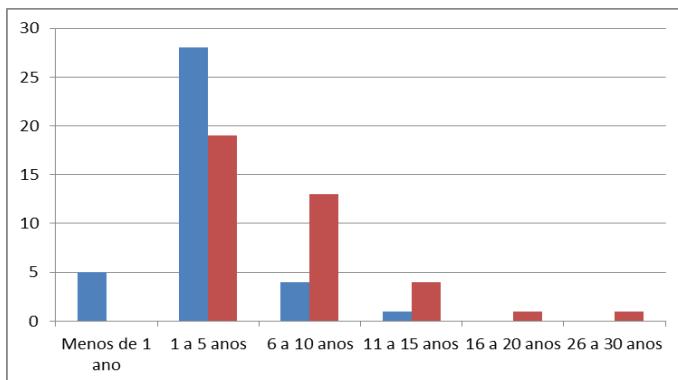
**Figura 2:** Formação inicial do professor e das professoras temporárias de Pelotas. (\*) Algumas professoras realizaram mais de um curso superior.

Esses profissionais foram formados nas mais diferentes Instituições de ensino superior, metade deles em universidades públicas como UFPEL e USP. Já a outra metade tem como centros de formação instituições privadas na modalidade presencial ou mesmo a distância (Figura 3).



**Figura 3:** Instituições de formação do professor e das professoras temporárias de Pelotas. (\*) Algumas professoras realizaram mais de um curso superior.

A grande maioria destes profissionais está na carreira docente entre 1 a 10 anos. Na condição de temporários, estão entre 1 a 5 anos. (Figura 4). Esta realidade ocorre, pois há alguns anos não é realizado concurso público para docentes efetivos no município. Além disso, a Prefeitura tem optado por fazer contratações temporárias para completar o quadro de profissionais do magistério.



**Figura 4:** Tempo em que o professor e as professoras trabalham no município de pelotas como efetivos e temporários. O azul representa o tempo em que trabalham como temporários; O vermelho representa o tempo em que trabalham no município como efetivos ou em outra modalidade.

Atualmente, os professores e professoras assumem várias funções na escola pública, atividades estas que vão além da sua formação. Os dados indicam que cinco profissionais ministram disciplinas fora da sua formação inicial. Esta realidade contribui para a desprofissionalização do trabalho docente, bem como para a perda de sua identidade. Nesse contexto, é possível identificar métodos de desqualificação e desvalorização sofrida por estes profissionais (OLIVEIRA, 2004).

A grande maioria das professoras e do professor pesquisado relata que são tratados de forma diferente pelo município nas questões de direitos trabalhistas. No Brasil, segundo Neto (2016), uma das razões da existência da contratação de professoras e professores temporários pode ser fundamentalmente por razões econômicas. Visto que estes profissionais diminuem a folha de pagamento do Estado, pois o custo passa a ser apenas com

o salário básico mensal, poupando recursos que seriam destinados aos demais direitos trabalhistas. Por exemplo, recursos que deveriam ser aplicados na previdência, em direitos de anulação de um contrato, na bonificação, na progressão da carreira, entre outros, partindo dos dados apresentados por Seki et al. (2017), que mostram que existe quase um milhão de professoras e professores temporários na rede pública de educação básica. Assim, fica evidente a economia gerada aos cofres públicos referente a esta forma de contratação.

#### 4. CONCLUSÕES

A docência, como muitas outras profissões nos últimos anos, vem passando por diversas modificações quanto à sua estrutura (OLIVEIRA, 2004), o que traz como uma de suas consequências a precarização da profissão. O tema precarização do trabalho docente abrange diversos fatores objetivos e subjetivos, sendo que cada vez mais está relacionado ao desenvolvimento da educação básica. Devido a importância do professor e da professora para a educação, qualquer modificação causa implicações diretas ou indiretas no sistema educacional, bem como no trabalho docente (OLIVEIRA; JUNIOR, 2016).

Assim, verifica-se que o trabalho temporário é uma forma de precarização docente. Esta realidade é observada no contexto das questões salariais, da instabilidade no trabalho, da desvalorização da categoria, entre outros aspectos. Neste sentido, os profissionais contratados desta forma passam por diversos percalços na sua vida profissional, o que afeta diretamente a educação na cidade de Pelotas.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, G. L. M.; OLIVEIRA, D. A. Trabalho docente no ensino médio no Brasil. **Perspectiva**, v. 29, n. 2, p. 727–750, 2011.
- NETO, João Genaro Finamor. **A precarização do trabalho docente na rede estadual de educação do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a situação das professoras com contrato de trabalho temporário na zona norte de Porto Alegre. 2016, 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1127–1144, 2004.
- OLIVEIRA, D. A. O trabalho docente na América Latina Identidade e profissionalização. **Revista Retratos da Escola**, v. 2, n. 2 – 3, p. 29 – 39, 2008.
- OLIVEIRA, D. A.; JUNIOR, E. A. P. Indicadores do trabalho docente: múltiplas associações no contexto escolar. **Estudos de Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 852–878, 2016.
- SEKI, A. K. et al. Professor temporário : um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 3, p. 1–18, 2017.